

## Ata da XLVII Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Tocantins – CIEA/TO

**Data:** 10 de novembro de 2009

**Local:** Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SRHMA

Aos dez dias do mês de novembro, do ano de dois mil e nove, às nove horas, reuniu-se a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA-TO.

### **Integrantes e Instituições presentes na reunião:**

#### **MEMBROS DA CIEA**

Cíntia Mara de Araújo Sousa	SESAU
Arlete Silva Ribeiro	MPE
Divina Paula Batista de Oliveira	IBAMA
Keury Juliana Nunes da Silva	SEPLAN
Márcia Ayres da Silva	FUNDAÇÃO CULTURAL
Leandra Lofego Rodrigues	FULBRA
Maria Alice dos Santos Reis	NATURATINS
Eliene Gomes dos Santos	SEDUC
Gercino M. de Moura	RURALTINS
Marcos Miranda	ADTUR
Hélia Rodrigues de Azevedo Pacheco	SRHMA

#### **CONVIDADOS**

Daiane de Oliveira Negre	CIPAMA
Lucivânia Mendes de Sousa	SRHMA
Ediclea L. Araújo	SRHMA
Hebert Nunes	SRHMA

A presidente em exercício, Hélia Azevedo, iniciou a reunião cumprimentando a todos e solicitando maior comprometimento e atenção dos membros da CIEA aos e-mails enviados, ressaltou que será utilizado esse veículo de comunicação para manter contatos e envio dos convites para as reuniões da CIEA, a fim de agilizar o processo de comunicação, enfatizou que nos dias atuais não se justifica, gastos desnecessários com envio de convites impressos, já que temos tecnologias mais avançadas e eficientes para cumprir essa meta. Na sequência pediu desculpa aos convidados pelo atraso no início da reunião e convidou o Superintendente de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da SRHMA, Sr. Hebert Nunes para conhecer os membros da CIEA e expor quais as metas dessa nova gestão para a área ambiental. O Senhor Hebert Nunes, agradeceu a presença de todos e justificou a ausência do secretário, que por motivos de doença não pode comparecer. Falou que a primeira postura dessa nova administração foi enviar um projeto de Lei para Assembléia Legislativa pedindo para alterar o nome da Secretaria, que passará a ser: “*Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos*”, colocando o meio ambiente em sua devida importância, deixando evidente que dará prioridade às questões ambientais. Frisou ainda que a gestão anterior focou-se mais nas obras hídricas e que a área ambiental não

recebeu o respaldo necessário para sua efetividade, provocando dessa forma o afastamento e desmotivação dos membros que integram a Comissão, acrescentou que já trabalhou com a temática em questão e que sabe de sua importância na sensibilização da comunidade com relação ao meio ambiente. Afirmou que a Secretaria está à disposição para contribuir e receber contribuição para um melhor gerenciamento ambiental no Estado. Em seguida passou a palavra para a presidente Hélia Azevedo, que agradeceu a presença do Superintendente e deu prosseguimento a reunião com a leitura da pauta: Apresentação do Projeto Intersetorial de Educação Ambiental; Apresentação do projeto Meio Ambiente no Rádio do Estado do Tocantins; Leitura e aprovação do Regimento Interno da Comissão e Palavra livre.

**1ª MOMENTO: Apresentação do Projeto Intersetorial de Educação Ambiental;** A presidente da CIEA convidou a Senhora Arlete do Ministério Público Estadual - MPE para apresentar o Projeto Intersetorial de Educação Ambiental, informou que é uma iniciativa desse Ministério para unificar esforços no desenvolvimento de ações ambientais no Estado, mais precisamente em educação ambiental, pediu para que os membros da CIEA se envolvam nesse trabalho. Na seqüência passou a palavra para a Senhora Arlete. Arlete informou que no processo de acompanhamento do MPE dentro das promotorias, vem crescendo cada vez mais o número de denúncias de degradação ao meio ambiente, esse crescente número de denúncias deixou inquietos não só as Promotorias, mais também a Coordenadoria e a equipe do Centro de Apoio Operacional, no sentido de chamar a uma avaliação do porque estão recebendo tantas denúncias e quais as respostas que os órgãos de execução das Políticas Públicas voltadas à questão ambiental vinham dando a essas demandas. Em face disso, começou-se a pensar que ações a tomar, já que o MPE não tem uma ação de execução, mas uma ação de fiscalização, então se concluiu que a solução seria apresentar uma ação executiva dentro de um projeto de fiscalização, diante disso a equipe começou a discutir com a coordenação e pensar uma ação que pudesse imprimir outro olhar, a respeito do que o MPE vem discutindo internamente no país, além da ação de fiscalização, o MPE também tenha uma ação de prevenção, uma ação mais proativa no sentido de trabalhar junto aos órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas, também uma ação mais preventiva que é amparado no MPE voltado à cidadania, mais próximo da realidade do dia a dia do cidadão, dentro disso foi proposto que construísse uma proposta de trabalho junto com os órgãos de execução, que pensasse em um projeto de ação preventiva em que pudesse reforçar as ações de políticas públicas na área ambiental que já estivesse em desenvolvimento, para isso precisou que conhecêssemos essas instituições e as ações que cada uma realiza, já tínhamos conhecimento de algumas ações positivas e da qualidade do material educativo produzidos por elas. Diante do exposto pensou-se no projeto. Procuramos os órgãos responsáveis pela gestão da política de educação ambiental no Estado, para conhecer os trabalhos que desenvolvem: o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS e a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, enquanto órgãos executores da política de educação ambiental e a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente – SRHMA, enquanto gestora da política, e por saber da importância e o quanto vem sendo comprometida a saúde da população, devida a poluição ambiental, visitamos também a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU. A par das ações que cada secretaria desenvolve, pôde se verificar que essas Secretarias realizam um trabalho significativo no Estado e tem um conjunto de material educativo muito rico e verificamos também de que forma as prefeituras estão utilizando os materiais disponibilizados pelas secretarias e como estão sendo executadas as ações ambientais, a partir dessas informações e das referências dos marcos legais (Leis de Educação Ambiental), construimos o projeto Intersetorial de Educação Ambiental junto com os órgãos gestores da Política de Educação Ambiental do Estado, objetivando instituir metodologias capazes de monitorar, avaliar e intentar medidas estratégicas que fortaleçam as ações nesta área. Na perspectiva de dar sustentabilidade

as ações propostas. Para isso, foi criado um Grupo de trabalho Intersetorial, composto pelo Ministério Público e as Secretarias já citadas e está aberto para que as demais instituições que compõem a CIEA possam integrá-lo. Esse grupo é o Núcleo Central de desenvolvimento e aperfeiçoamento das diretrizes preconizadas nas Leis de Educação Ambiental. Por ser uma proposta de caráter formativo, definiu-se como objeto gerador de mudança cultural estruturante: crianças, adolescentes, jovens inseridos nas unidades de ensino das redes municipais e estaduais e adultos vinculados a atividade econômica de turismo (barqueiro, barraqueiro). Ao considerar todas as demandas a serem atendidas optou-se por desenvolver uma metodologia de ações em módulos pilotos que agregue no máximo quatro municípios nas regiões de praias, ou seja, municípios com grande fluxo turístico na temporada de praias, que sofrem com impactos ambientais ao término da mesma e apresenta dificuldades na aplicação de ações educativas. Municípios escolhidos: Araguanã, Caseara, Pedro Afonso e Ponte Alta do Tocantins, posteriormente pretende-se estender para os demais municípios. Já foram feitos diagnósticos nesses municípios, para conhecimento da realidade de cada um e constatou que a educação ambiental não é trabalhada, a par dessas informações foi proposto à realização de Oficinas Educativas, que terão início dia 13 de novembro do corrente ano. O Ministério Público e as Secretarias sabem de suas limitações, por isso da necessidade de ampliar as parcerias e constituir uma ação efetiva, na perspectiva de inibir ou minimizar a degradação ambiental, por meio da mudança de atitude no zelo e defesa do patrimônio ambiental, a partir da aplicação das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental. A Senhora Eliene parabenizou a iniciativa do Ministério Público e disse que ver esse projeto com boas perspectivas, para o fortalecimento das ações ambientais que são ou virão a ser desenvolvidas nos municípios, pois terão grande respaldo dentro dos mesmos, devido à parceria do MPE e pede a colaboração dos membros da CIEA para contribuir na execução do projeto. Acrescentou que apesar de ter sido iniciado pelo MPE, O Grupo Intersetorial deseja que se torne um projeto desenvolvido no âmbito da CIEA, por isso a Arlete veio apresentá-lo aos demais membros, para colher opinião e ver o interesse de cada um em participar de sua execução. O Senhor Marcos, também parabenizou a iniciativa do MPE e disse que a ADTUR por lidar mais diretamente com a questão turística, principalmente na temporada de praia, ver a dificuldade dos municípios com relação ao desenvolvimento de ações efetivas de educação ambiental. Acrescentou algumas sugestões: com relação ao Laboratório de Conhecimento Ambiental Aplicado, sugeriu que busque a parceria da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que já desenvolve algumas ações nesse sentido, inclusive colaborando na temporada de praia. Citou também que outro fator importante são os resíduos sólidos, que tem uma parceria com a UFT para desenvolver a coleta seletiva nas praias, mas infelizmente recai na questão da destinação, pois não tem cooperativas para recolher tais materiais e destiná-los para as Usinas de Reciclagem, inviabilizando essa iniciativa. Falou ainda, que sentiu falta na concepção do projeto de trabalhar não só com a comunidade, mas também com os turistas, ressaltou que não adianta chegar a uma praia em que a comunidade está sensibilizada/educada, enquanto que os turistas que também exerce um poder de influência muito grande, não estão. Posicionou-se quanto à avaliação, disse que gostaria de saber se foi feita só no processo final da temporada de praia? Informou que existem dois casos que exigem olhares diferenciados: ao desenvolvimento da temporada de praia e dos eventos em si, o que gera uma qualidade não só para a comunidade, mas também para o turista e a outra é o ponto final da temporada de praia, são momentos que exigem ações diferenciadas, como uma consciência ambiental formada antes e ao longo do próprio evento e a destinação daquilo que ficou, ou seja, dos dejetos. O senhor Marcos questionou também, quais seriam as principais fundamentações das mudanças de paradigmas? Afirmou que na ADTUR tem diagnósticos já definido de cada município, que foram realizados por praias geradoras de maior ou menor fluxo turístico. Perguntou se as ações a serem desenvolvidas serão diferenciadas? A Senhora Arlete, respondeu

que um dos primeiros objetivos do projeto, foi conhecer a realidade dos municípios, levou-se em consideração esse recorte para não simplesmente preocupar com a temporada de praia, mas com o município como um todo em relação ao turismo. Depois de ter sido realizado o diagnóstico verificou que além da praia, teria que levar em consideração o fator lixo e a coleta seletiva, porque a maior parte desses municípios não tem para onde destinar o lixo, alguns dizem que tem aterro controlado e outros aterros sanitários, mas o que foi constatado é que esses aterros são verdadeiros lixões, não estão sendo utilizados como deveriam, por falta de monitoramento do órgão municipal. Outro fator agravante são as Áreas de Preservação Permanente – APPs, que estão sendo ocupadas de maneira desordenada. Continuou falando, que priorizou trabalhar com a educação ambiental, porque essa temática trás essa visão do meio como um todo, e as ações são voltadas para o conjunto dos problemas ambientais enfrentados pelos municípios. Essa visão deixa clara que o público a ser capacitado é toda a comunidade. A fundamentação maior é formar a cidadania e construir uma atitude diferenciada da população. Essa população tem que ser preparada para receber os turistas e saber dizer não quando for necessário. Quando iniciou o processo de elaboração do projeto, convidamos a ADTUR para integrar-se ao grupo de trabalho, porque avaliamos que a mesma tinha argumentos e indicadores que ajudaria a enriquecer o projeto, mas infelizmente não obtivemos retorno dessa Agência. A Senhora Arlete, agradeceu o espaço cedido na reunião pela SRHMA, na pessoa da Hélia, para apresentar o projeto a Comissão e finalizou pedindo a participação e colaboração de seus membros. A Senhora Eliene complementou dizendo que em julho o Grupo de Trabalho esteve nos quatros municípios pilotos para a realização do diagnóstico e acrescentou ainda que esse mês (novembro) o grupo retornará para realização de oficinas, visando elaboração do Plano de Ação juntamente com o público alvo. Finalizou afirmando que já tem um cronograma definido de visitas aos municípios contemplados e um transporte (Van) cedido pelo MPE.

**DELIBERAÇÃO:** Quem tiver interesse por mais informação a respeito do projeto e participar de sua execução, entrar em contato com a Arlete no MPE no fone: 3216 – 7655.

**2º MOMENTO: *Apresentação do Projeto Meio Ambiente no Rádio do Estado do Tocantins;*** a Presidente Hélia, iniciou a apresentação falando da trajetória do programa, desde o surgimento da idéia até a execução das 48 edições. Tudo partiu da necessidade de promover a preservação de um dos bens mais preciosos. O meio ambiente. O programa meio ambiente no rádio começou a ser idealizado no ano de 2003 quando aconteceram os “VI Jogos dos Povos Indígenas”, um encontro nacional que reuniu milhares de índios de várias partes do país, que ocorreu em Palmas – Tocantins. Em novembro daquele ano, foram produzidos quatro programas com transmissão ao vivo da praia da Graciosa, palco do evento. O programa era chamado de **Aldeia Graciosa**. Na época contou com o apoio da jornalista, Mara Régia Di Perna, do programa Natureza Viva. A presidente continuou fazendo homenagens e agradecendo a todas as pessoas que fizeram parte desse projeto direta e indiretamente. Destacando a participação das técnicas, Valéria Guimarães, Mônica Pacheco, Eliana Mendonça e Nazareth Saponi, segundo ela, foram às idealizadoras do Programa. A presidente continuou explicando, que a partir dos fatos ocorridos, formou-se um Grupo de trabalho na CIEA/TO para elaborar o projeto que era um dos temas da Agenda Comum de Educação Ambiental. Explicou que essa apresentação aos membros da CIEA é para dá um retorno com relação aos resultados do trabalho. A presidente explicou que o objetivo do projeto era disseminar conteúdos que promovesse a democratização das informações e a sensibilização da população para as questões ambientais, tendo como instrumento a educação ambiental aplicada ao processo de gestão ambiental. Foi com foco educativo e pedagógico que a Secretaria levou, via rádio, orientações e informações visando a preservação do meio ambiente, sensibilizando a comunidade tocantinense. Falou também o porquê de ter escolhido o rádio. A

justificativa foi à abrangência em termos de público e a capacidade de divulgar informações precisas e atualizadas em linguagem chamativa e acessível aos diversos grupos sociais, ou seja, tem um alcance muito maior que a televisão, principalmente aqui nos 139 municípios do Estado do Tocantins. Devido a grande extensão territorial do Estado, agravada pela debilidade das vias de acesso e de comunicação e principalmente pela ausência de programas educativos de cunho ambiental nos meios de comunicação do Estado. O Programa teve boa aceitação diante de toda a comunidade tocantinense e faz-se necessária a sua continuidade. Afirmou, que o projeto "Meio Ambiente no Rádio" está amparado no inciso IV, do art. 5º, da Lei Nº 1.374, de 8 de abril de 2003, que estabelece que compete aos meios de comunicação, colaborar de maneira ativa e permanente na difusão de informações e práticas educativas sobre meio ambiente, incorporando a dimensão ambiental em sua programação. Foi com base na Política de Educação Ambiental, que a SRHMA procurou a REDESAT e fechou um Termo de parceria, para que a mesma veiculasse os 48 programas ambientais produzidos. **A primeira fase do projeto** foi implementada na 12ª Semana do Meio Ambiente em 2006, com a realização do **I seminário de Educomunicação Ambiental do Tocantins** seguido da Oficina de *Laboratório de Comunicação Ambiental*, o qual contemplou dentre seus produtos: A formatação do arranjo do programa de educação ambiental via rádio; Mapeamento das rádios comunitárias do Estado que estivessem sensíveis e prontas para desenvolver o trabalho de veiculação dos programas com temáticas ambientais e; A formação e capacitação da rede de *Repórteres Ambientais Populares*. Essa fase foi financiada pelo Programa de Gestão Ambiental Integrado – PGAI. Na **segunda fase do projeto** foi refeito o mesmo com novas propostas e já incluindo o arranjo de educação ambiental elaborado na primeira fase e em seguida submetido à avaliação do Banco Mundial e obtivemos resultado favorável. Sua execução iniciou em agosto de 2008 e consistiu na veiculação de 48 programas radiofônicos com temáticas ambientais. Foram realizadas as seguintes atividades: Contratação de serviços de consultoria em comunicação para criação, desenvolvimento, produção de roteiros, edição e gravação dos programas de educação ambiental (PUBLIC PROPAGANDA); Plano de trabalho com cronograma; Consolidação do termo de parceria com a Rádio Estatal Palmas FM / REDESAT; Os programas foram veiculados semanalmente aos sábados, às 8 horas, durante 15 minutos, na radio 96,1 FM/REDESAT. **Abrangência chegou a 42 municípios**; No lançamento do projeto realizou-se o **II Seminário de Educomunicação Ambiental do Tocantins** (março/2009), com a finalidade de debater a respeito do papel da mídia na difusão de programas ambientais e realizou também a **II Oficina de Laboratório de Comunicação em Rádio** (março/2009), teve por finalidade a capacitação de um público multiplicador dos conhecimentos ambientais, apontando-lhe um meio de difusão dos conhecimentos – o sistema de comunicação radiofônico, e já lhe disponibilizando um canal de comunicação – o programa "Meio ambiente no rádio". Em seguida apresentou os produtos gerados na implementação do projeto e mostrou os temas geradores dos programas que foram refletidos na realidade dos fatos acontecidos no Estado. Acrescentou ainda, que o programa teve três fases distintas no seu formato de apresentação e que o projeto se encerrou dia seis (06) de novembro com a realização do Workshop que avaliou e socializou os produtos advindos do "Projeto Meio Ambiente no Rádio" e firmou parcerias para um novo replanejamento de uma nova proposta para dar continuidade a sua implementação no Estado do Tocantins. Destacou a execução dos trabalhos, informando que mesmo com as barreiras burocráticas a equipe superou os desafios e conseguiu levar aos ouvintes todas as informações, dicas e atualidades do mundo ambiental. Ressaltou que a perspectiva da SRHMA é ampliar o Programa e levar informações ambientais pelas ondas das rádios comunitárias do Estado, atingindo assim toda a população Tocantinense. Falou que a assessora de Comunicação da SRHMA, a Senhora Roberta Tum, está fazendo uma avaliação junto a REDESAT, para saber a repercussão do programa. Informou ainda, que irá disponibilizar no Link da SRHMA os 48 programas produzidos, caso alguém

tenha interesse em utilizá-los em palestras, cursos e aulas. A senhora Eliene, sugeriu que a SRHMA grave em CDs, com selo de identificação do programa e na próxima reunião ordinária da CIEA distribua para seus membros. A senhora Arlete, sugeriu que seja enviado para os quatro municípios contemplados pelo projeto intersetorial de Educação Ambiental que tenha rádio comunitária, complementou que os programas são muito ricos e podem ser um elemento pedagógico dentro da proposta. A presidente encerrou o segundo ponto de pauta colocando um dos programas para os participantes ouvirem.

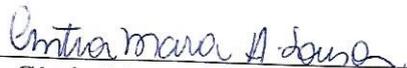
**DELIBERAÇÃO:** A presidente ficou de disponibilizar os programas no Link da SRHMA e gravar em CDs para distribuir para os membros da CIEA e Rádio Comunitária do Estado.

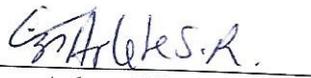
**3º MOMENTO: *Leitura e Aprovação do Regimento Interno da CIEA;*** a Presidente informou que não teria condição de dar prosseguimento ao terceiro ponto de pauta, porque não havia *quorum* para a aprovação do Regimento Interno, documento que norteará o funcionamento da CIEA. Acordando entre os membros uma próxima reunião para tratar deste assunto.

**DELIBERAÇÃO:** A presidente ficou de convocar uma reunião extraordinária para discussão e aprovação da proposta do Regimento Interno da Comissão.

**4º MOMENTO: *Palavra Livre;*** a Presidente deixou a palavra em aberto para que os participantes passem informações de interesse, a Senhora Eliene – SEDUC informou que a CIEA/TO representa as CIEAs do Brasil no Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, esse Comitê se reúne desde 2003 semestralmente, para definir programas e propostas em termos de Política de Educação Ambiental. Devido às mudanças que aconteceram no Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, as reuniões foram paralisadas. Só agora o novo gestor do MMA marcou uma reunião para o dia 23 e 24 de novembro, e a CIEA/TO ainda participará representando as CIEAs brasileiras, embora o nosso período já tenha terminado, ou seja, nossa vigência como representante era de dois (02) anos, venceu no período de falta de efetividade dos trabalhos do Comitê. Nessa reunião que vai acontecer vamos levar uma proposta de que os Ministérios realizem um encontro de CIEAs para uma nova escolha da representante, da mesma forma que foi feita quando nos escolheram. Se o ministério não tiver condição de realizar o encontro, ele deve sugerir que a CIEA\TO renova seu mandato por mais dois (02) anos, se for o caso de continuarmos nessa representação, posteriormente traremos essa discussão para a CIEA\TO, para que esta possa indicar o seu novo representante. Continuou informando que os demais órgãos que estão representados no Comitê Assessor têm como defenir essa representação, porque esses têm um Colegiado Nacional e as CIEAs não tem, pois cada Unidade Federativa tem a sua, e quando é preciso discutir um assunto comum a todas, quem viabiliza o encontro é o Mistério do Meio Ambiente - MMA e se esse não tiver condição de realizá-lo, a CIEA\TO deverá continuar representando as demais CIEAs no Comitê Assessor.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente Hélia Azevedo, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Reunião. A lavratura desta ata é de responsabilidade da Presidente da Comissão, sendo a mesma assinada pelos membros presentes da CIEA.

  
Cíntia Mara de Araújo Sousa

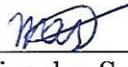
  
Arlete Silva Ribeiro

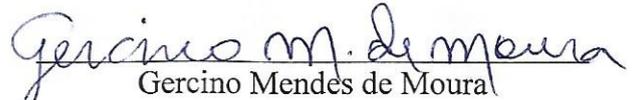
---

Leandra Lofego Rodrigues

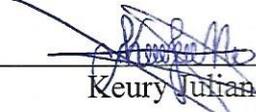
  
Divina Paula Batista de Oliveira

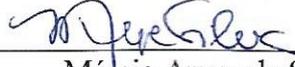
  
Eliene Gomes dos Santos

  
Maria Alice dos Santos Reis

  
Gercino Mendes de Moura

  
Marcos Miranda

  
Keury Juliana Nunes da Silva

  
Márcia Ayres da Silva

  
Hélia Rodrigues de Azevedo Pacheco